

# Visão de um estadista

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Brasília completou 63 anos. Para os pioneiros, o tempo passou rápido e a inauguração da capital em 21 de abril de 1960 ocorreu ontem. Outros, chegados mais tarde à cidade, contam o tempo a partir da decisão de enfrentar o calor, a seca, o clima diferente no Planalto Central, região de cerrado, vegetação baixa e estações do ano muito marcadas. O Plano Piloto, obra magistral do gênio de Lucio Costa, está situado a mil metros de altitude em relação ao nível do mar.

Tudo isso era novidade nos anos 1950 quando o presidente Juscelino Kubitschek fez seu plano de metas, os cinquenta anos em cinco, e introduziu a transferência da capital como a meta síntese. A reação dos cariocas foi furiosa. Os jornais do Rio de Janeiro foram quase unânimes em fazer todas as críticas possíveis contra a construção de Brasília. Houve gente que provou, com base em estudos supostamente sérios, que o Lago Paranoá jamais poderia encher.

Houve jornal que enviou fotógrafo às obras de Brasília para eternizar imagens da capital. O profissional colocou a máquina fotográfica no chão e os prédios apareceram nas imagens envoltos pelo mato. Seria a prova definitiva de que a construção de Brasília era uma deslavada mentira. Ataques ao presidente Juscelino eram diários. Mas o Rio de Janeiro dos anos cinquenta já não conseguia ser bom anfitrião do governo federal.

Qualquer greve de estudantes parava a cidade. Os garotos, espertos e abusados, se deitavam nos trilhos do bonde e com isso paralisavam o trânsito em quase toda cidade. O governo, no Palácio do Catete, estava ao alcance de grevistas, lobistas, militares golpistas, políticos de todos os matizes. As comunicações eram precárias. Falar por telefone do Rio para Petrópolis — pouco mais de 60 quilômetros de distância — exigia um tempo enorme de espera. O transporte na cidade era pavoroso. Vale lembrar que os brasileiros importavam tudo: geladeiras, máquinas de lavar, roupa, comida e bebidas. Os poucos que viajavam aos Estados Unidos tinham que ceder aos amigos e parentes pedidos para trazer até calças jeans. O Brasil era um gigantesco quintal esparsamente habitado por 40-45 milhões de habitantes. Produzia café. Só.

O presidente olhou para o horizonte e enxergou o futuro. Percebeu o que poucos conseguiram compreender. Era necessário integrar o interior brasileiro, que era desprezado e desconhecido. Trabalhou com dois gênios, Oscar Niemeyer e Lucio Costa, dois tocadores de obras, Israel Pinheiro e Bernardo Sayão (este morreu na abertura da Belém-Brasília) e um conjunto de jovens entusiasmados com a ideia do progresso assaltando um Brasil velho, atrasado e carcomido por tradições religiosas. Os anos JK foram excepcionais. Além do progresso, da criação de indústria automobilística, da abertura de estradas, do programa de criação de hidrelétricas, a seleção brasileira de futebol conseguiu vencer a Copa do Mundo de 1958, na Suécia, quando despontaram dois outros gênios, Garrincha e Pelé.

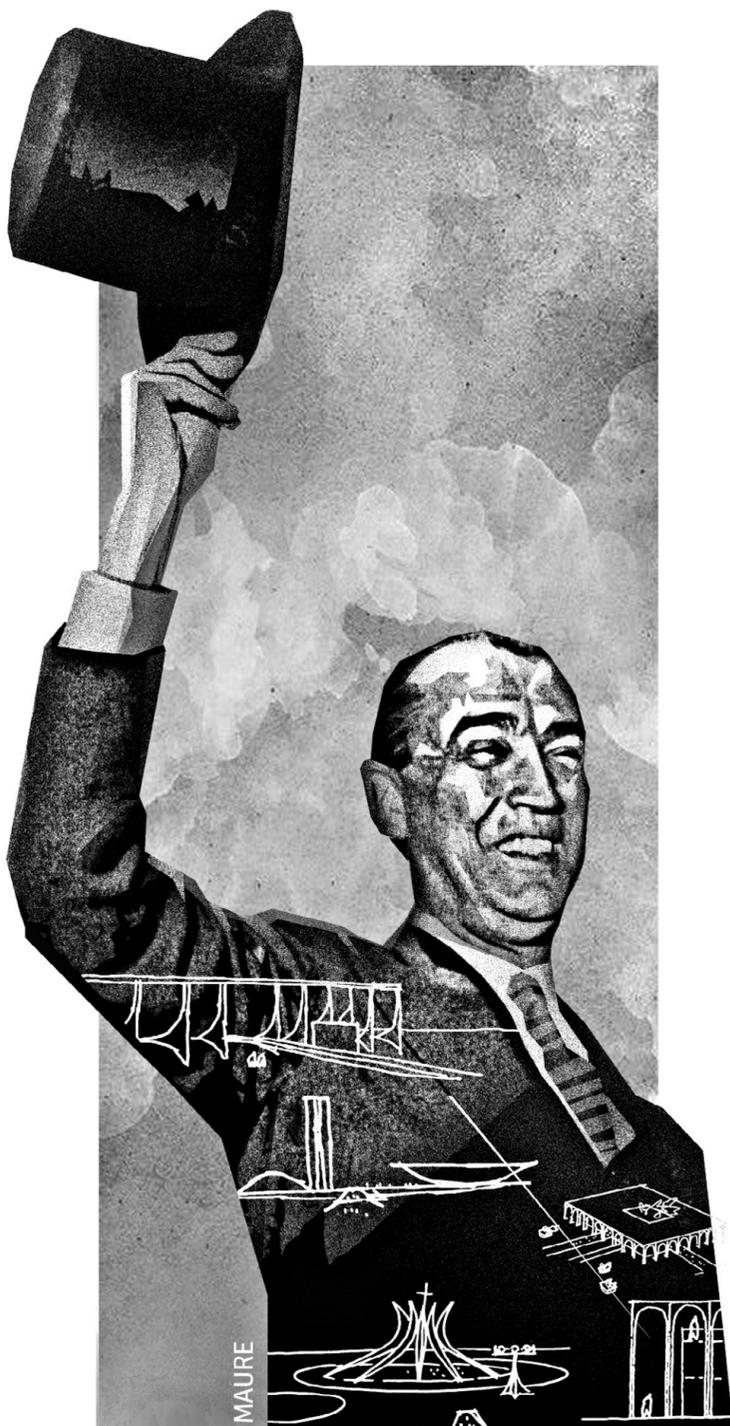
Brasília é uma obra política perfeita. O país se modernizou. JK foi cassado, perseguido, exilado. Mas os principais objetivos de seu programa de metas foram atingidos pela ação de outros governos. Não havia como voltar atrás. O Distrito Federal é hoje o terceiro maior conglomerado urbano do país. Atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. A Universidade de Brasília figura entre as principais do país. Obra de Darcy Ribeiro, também perseguido e exilado. É modelo para várias instituições no país.

Havia poucas rodovias. Automóveis e ônibus eram importados. Nos anos 1950 o carioca para ir a Porto Alegre de carro teria que viajar pela areia das praias do sul. Não havia caminhos. Para

o Nordeste e o Norte só pelos navios da Costeira ou do Lloyd Brasileiro. Por terra, nem pensar. Hoje o país é cortado por estradas que levam até o extremo norte. Quem desejar ir a Caracas, Venezuela, de carro pode ir sem problemas, via Roraima. Quem quiser ir ao deserto de Atacama, passando por Cusco e por Rio Branco, no Acre, também pode viajar sem sobressaltos. Ou à Bahia, Ceará ou, ainda, Porto Alegre. Tudo asfaltado.

A descoberta do interior abriu o caminho para os agricultores brasileiros. Gaúchos e paranaenses se soltaram pelo norte e oeste, levaram a

produção de grãos a nível jamais imaginado nos anos sessenta. Hoje a soja está entrando no Piauí, ocupa o oeste da Bahia e caminha pela Brasília-Santarém. Toda essa área é de conquista recente. É o interior do país que o presidente pretendeu e conseguiu integrar à economia nacional. Pensar em sentido contrário favorece o estadista brasileiro: se Brasília não tivesse sido construída, o interior continuaria vazio, mas Rio e São Paulo poderiam ter se constituído uma única cidade. Megalópole ingovernável, temperada por todos os problemas da vida moderna.



# Argélia e seu ambiente imediato

» RACHID BLADEHANE  
Embaixador da Argélia no Brasil

As instabilidades geradas pelas reconfigurações geopolíticas atualmente em curso no cenário internacional somam-se, no caso do Norte de África, a outras mais antigas, resultado de políticas expansionistas, agressões a países vizinhos, ocupação de territórios pela força.

Em recente colaboração ao **Correio Braziliense**, o embaixador do Marrocos acusou a Argélia de comportamento belicista e provocador, culpando-a pelo fracasso da União do Magrebe Árabe (UMA) e pelo fechamento das fronteiras entre os dois países.

Por isso, achei útil fornecer aos leitores do **Correio Braziliense** informações verificadas e verificáveis sobre as realidades de nossa região, muitas vezes distorcidas pela manipulação e simplificação midiáticas obviamente enganosas.

No que diz respeito ao alegado comportamento belicista e provocativo do meu país, a história da nossa região está repleta de exemplos em que o Marrocos sempre e sistematicamente foi, de forma premeditada, um agressor.

Foi o caso da guerra de agressão de 1963, mais conhecida como Guerra das Areias (disputa unilateral de fronteiras), desencadeada pelas Forças Armadas Reais Marroquinas contra a Argélia, que havia acabado de recuperar sua independência após oito anos de guerra — uma guerra de libertação que custou a vida de um milhão e meio de mártires.

Acrescentemos a isso a ruptura, em 1976, das relações diplomáticas com a Argélia na sequência do reconhecimento soberano pelo meu país da República Árabe Saharaui Democrática. A retomada das relações diplomáticas com o Marrocos em 1988 foi baseada em parâmetros claros e precisos, incluindo o apoio a uma “solução justa e definitiva para o conflito do Saara Ocidental através de um referendo livre e justo sobre a autodeterminação, realizado com toda a sinceridade e sem quaisquer restrições”, que o Marrocos aceitou e posteriormente rejeitou.

Além de todas essas negações, somouse a grave deriva que consiste na invocação por um funcionário marroquino de um suposto direito à autodeterminação de uma região da Argélia. Tráfico de drogas e espionagem (Pegasus) também fazem parte do histórico desse país.

Com relação à construção magrebi-na, após a normalização das relações argelino-marroquinas em 1988, o Marrocos é o país membro que ratificou o menor número de acordos, sendo os mais importantes rejeitados. O Marrocos também decidiu unilateralmente, em 20 de dezembro de 1995, congelar as instituições da UMA.

As fronteiras terrestres argelino-marroquinas estão fechadas desde 1994 após o incidente diplomático provocado pelo Marrocos, que, sem nenhuma prova, acusou a Argélia de estar por trás do ato terrorista e do assassinato de dois turistas em Marrakech.

Diante dos maus-tratos aos turistas argelinos no Marrocos, as autoridades argelinas viram-se obrigadas a reagir: aplicação da medida de reciprocidade para vistos e fechamento da fronteira. E, desde esse incidente, o Marrocos, passados os momentos de pânico, volta regularmente a cobrar a reabertura das fronteiras. Sem sucesso.

Para voltar à questão do estatuto final do território do Saara Ocidental ocupado ilegalmente pelo Marrocos, basta lembrar que o Conselho de Segurança sempre identificou claramente as duas partes do conflito (o Reino do Marrocos e a Polisário) e que a Rasd é membro fundador da União Africana, onde tem assento com o Marrocos. Além disso, em seu parecer consultivo de 1975, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) não reconheceu nenhum vínculo de soberania territorial entre o Saara Ocidental, e o Marrocos e reiterou o direito à autodeterminação do povo saharauí.

A Argélia sempre trabalhou para colocar as relações com seus vizinhos na perspectiva de uma comunidade de destino para os povos do Magrebe. Demonstrou isso notavelmente através do Transmed (um gasoduto que permite a exportação de gás natural da Argélia para a Itália via Tunísia) e o Gasoduto Argélia-Europa, também conhecido como GME (um gasoduto internacional que parte do campo argelino Hassi R'Mel e chega a Córdoba na Espanha via Marrocos e o Estreito de Gibraltar). Esse esforço tem sido, infelizmente, sistematicamente frustrado por atitudes que minam seriamente a prosperidade dos povos da região.

# Iniciativas tributárias de estados geram cenário caótico para setor produtivo

» RAUL JUNGMAN  
Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

As companhias exportadoras e, consequentemente, as exportações geradoras de divisas ao país passam por (mais) um momento de alto risco. O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) deu início, no dia 14, a um julgamento que é simbólico e acende uma luz de alerta para todo o setor exportador do país, entre os quais, o agronegócio e a mineração.

É mais um componente de insegurança jurídica, de imprevisibilidade para planejar investimentos, implantação de projetos, negócios e expansão de plantas de produção, bem como rotas de comércio exterior. Investidores e empresários assistem abismados a mais uma tentativa de um governo estadual saciar sua sanha arrecadatória por meio do avanço especulatório sobre as receitas de empresas geradoras de renda, empregos e tributos sem se preocupar que, nessa trajetória, desconsidera o que determina uma lei federal, no caso, a Lei Kandir. Ela isenta as operações de exportação da cobrança do imposto estadual ICMS.

Em dezembro, o governo de Goiás publicou a Lei Estadual nº 21.671/2022 e o Decreto regulamentador nº 10.187. A lei cria normas de regulação sobre produtos a serem exportados. Na prática, elimina a imunidade tributária do ICMS sobre as exportações, principalmente, do agronegócio e de minérios. Em um de seus trechos, ela

estabelece o que pode ser interpretado como uma chantagem. Ela autoriza o Executivo goiano a cobrar o ICMS, ainda que a operação seja imune, restando ao empresário obter a sua restituição caso comprove a exportação. A opção é ele decidir pelo pagamento de uma contribuição a ser destinada a um fundo para fomentar projetos de infraestrutura no estado.

Trata-se de uma afronta direta ao ordenamento jurídico. É inconstitucional. Mas seu efeito mais devastador pode surgir se o STF considerar tal iniciativa válida e digna de ser copiada por outros estados, o que alimentaria um imenso caos tributário, assombrando e impactando os mais diversos setores, não apenas a mineração. O setor mineral estima que o impacto da lei de Goiás, considerando a produção de ferro, cobre e ouro, significa cerca de R\$ 160 milhões por ano. Em mercados internacionais de alta concorrência, em que centavos de dólar influenciam o fechamento de contratos de comércio exterior, esse é um impacto nocivo à economia. É preciso levar em conta ainda que, segundo a consultoria EY, considerando uma cesta com 10 minérios, o Brasil é o 1º em carga mais elevada para oito minérios e 2º para dois deles.

Para arguir a inconstitucionalidade da medida, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ingressou com ação no STF e conseguiu liminar

com efeito suspensivo por decisão do ministro Dias Toffoli. Em agosto, o STF considerou constitucional a cobrança de taxas estaduais de fiscalização sobre atividades de mineração — conhecidas pela sigla TFRM — criadas por Minas Gerais, Pará e Amapá. Antes disso, a CNI e o Instituto Brasileiro de Mineração alertavam que cabe à União legislar sobre o setor mineral e que validar a TFRM iria provocar uma avalanche de taxas estaduais e municipais, provocando sérios danos à competitividade da indústria da mineração. Desde então, mais estados e também municípios concretizam a projeção: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, oito municípios do Pará e dois em Minas Gerais criaram suas TFRMs. Já o Maranhão criou uma taxa referente a cargas transportadas sobre trilhos, o que afeta a mineração. E, agora, Goiás.

A realidade e o horizonte para o setor produtivo se resumem a uma equação sem aparente solução. A União deve estar atenta aos reflexos intensamente negativos que esse cenário vai proporcionar à atração de investimentos, às finanças públicas, ao fomento de políticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico. A reforma tributária é o campo de jogo em que essa disputa tributária poderá ser pacificada. Por enquanto, o setor produtivo está perdendo de goleada, mas compartilhará essa perda com o país.